Cidadania glocal, identidade nordestina

ética da comunicação na era da internet

José Marques de Melo

José Marques de Melo

Cidadania Glocal, identidade nordestina

Ética da comunicação na era da internet

Cidadania
Glocal,
identidade nordestina
Ética da comunicação
na era da internet

José Marques de Melo

Cidadania **Glocal,** identidade nordestina

Ética da comunicação na era da internet

Campina Grande
2011

Sumário

Apresentação

Pensar alternativamente e agir solidariamente: desafios da cidadania glocal

*Luiz Custódio da Silva**
*Cidoval Morais de Sousa**
*Antonio Roberto Faustino da Costa**

Os estudos produzidos na área de comunicação no Brasil, nas últimas quatro décadas, confundem-se com o nome do professor José Marques de Melo. Poucos pesquisadores detém uma produção acadêmico-científica tão fértil e comprometida com um campo de conhecimento em busca de identidade. A extensão de sua obra é reconhecida mundialmente, com ênfase para as contribuições relacionadas às sociedades latino-americanas e, de modo especial, aos fenômenos comunicacionais brasileiros. Neste sentido, conduz-lhe uma bandeira: "não abdico do direito à autodeterminação e do dever de projetar nossas identidades no cenário mundial."

Sob diversos aspectos, Marques de Melo tem impactado nos rumos do ensino, da pesquisa e da produção científica em comunicação, no Brasil e além fronteiras. Seu pensamento inquieto, atento e provocador tem contribuído para a formação de uma infinidade de profissionais e pesquisadores. Por um lado, tornou-se incansável batalhador pela consolidação do ensino de comunicação, participando ativamente do debate envolvendo organismos nacionais e internacionais, visando a atualização das diretrizes curriculares e a construção de projetos pedagógicos sintonizados com os desafios da sociedade contemporânea. Retomando Paulo Freire, proclama: "Uma pedagogia dialógica, capaz de dar voz e vez aos que nunca passaram de figurantes 'bestificados' da cena nacional." Por outro, dedicou-se sistematicamente a incentivar as novas gerações a produzir conhecimento e participar de entidades acadêmico-científicas de referência e dos mais importantes eventos realizados no país e no exterior.

Ao longo de sua trajetória, Marques de Melo tem sido mentor de várias organizações científicas nacionais e internacionais, reconhecidas pela maturidade de seus participantes. Responsável pela criação da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da qual foi presidente por duas vezes) e inspirador de encontros e redes de comunicação no

Brasil e em outras partes do mundo (REGIOCOM, FOLKCOM, COMSAÚDE, CELACOM, LUSOCOM, MERCOMSUL, entre outros), atualmente preside a Assembléia Geral da ASSIBERCOM (Associação Iberoamericana de Comunicação) e é o titular da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.

Além da inestimável contribuição à consolidação do Pensamento Comunicacional Latino-Americano, a partir de uma compreensão crítica e aprofundada da realidade econômica, política, social e cultural da América Latina, Marques de Melo tem-se destacado como um dos maiores incentivadores dos estudos relacionados à comunicação para o desenvolvimento regional: "O avanço tecnológico de certo modo removeu os fatores que entravaram nosso progresso", comenta o professor, relembrando sua origem nordestina. "A eletrificação sepultou os candeeiros e as lamparinas, o abastecimento d´água aposentou os jumentos e seus tangedores".

Atento aos fenômenos comunicacionais ocorridos em nível global, jamais deixou de se preocupar com as transformações da sociedade e da mídia nos contextos regionais. Sobretudo no que diz respeito às responsabilidades de profissionais, pesquisadores, professores, gestores e agentes político-sociais para com a construção de projetos de cidadania no mundo globalizado

que reclama, cada vez mais, interligação com os valores e as identidades culturais de cada região/localidade/comunidade.

No livro aqui apresentado encontra-se uma série de recomendações de Marques de Melo, ou conforme suas próprias palavras, "uma lição de casa" para as novas gerações colaborarem, de modo decisivo, com o avanço do ensino e da prática da comunicação em todas as regiões brasileiras. Motiva isso o compromisso com uma formação capaz de engendrar idéias e projetos identificados com as "aspirações comunicacionais do povo real, aquele que padece horas a fio na servidão muscular, amassando com as próprias mãos o barro da vida cotidiana." Reafirma a sua condição de guerrilheiro cultural/comunicacional, abrindo veredas nos cenários contemporâneos para que se fortaleça a cidadania do povo brasileiro e a conquista de uma sociedade planetária justa e mais humana.

Em cada título dos ensaios que materializaram a construção de mais uma obra, o autor deixa transparecer a sua esperança de que é plenamente possível conceber os processos comunicacionais com a ética do interesse público. São ensaios onde o autor recupera, em vários momentos, não apenas memórias do Nordeste brasileiro onde nasceu, bem como preocupações fundamentais de sua produção acadêmica, marcada por uma perspectiva

questionadora e combativa do imobilismo e comodismo regionais. Notadamente, preocupa-lhe sensibilizar as novas gerações para a luta "em defesa do bem comum e da convivência democrática". Em particular, enaltece os profissionais e pesquisadores comprometidos com a vanguarda da comunicação e em superar o papel tradicional desempenhado pelas elites de forjar uma cultura mestiça, quando não, deixar-se "iludir pelas aparências de uma sociedade que se diz pós-moderna, descartando as identidades nacionais e jogando, na lata do lixo da História, as peculiaridades regionais e as especificidades locais ou até mesmo os singulares paroquialismos."

Partindo dessas e de tantas outras referências é que podemos compreender, de forma abrangente, o significado deste novo livro do professor José Marques de Melo. A cidadania glocal, com identidade nordestina, ao tempo em que simboliza a trajetória de vida do autor, representa uma postura que compromete a todos nós – ética da comunicação na era da internet, principalmente, quando se considera que nas entranhas da "galáxia digital" germina outra realidade. "Nela, desponta uma sociedade glocalizada, evidenciando que global e local podem coexistir dinamicamente."

Na verdade, como Marques de Melo, urge participar da construção de um novo mundo,

cuja sobrevivência e transformação dependem, sem precedentes, de atitude crítico-política sustentável em cadeia e redes sociais, articuladas desde o contexto micro/local até o âmbito macro/global. Como ele, urge ao mesmo tempo fortalecer nossos pertencimentos, sem receio de fazer resistir manifestações tradicionais nem tampouco de agregar às culturas regionais dinâmicas exitosas emanadas dos processos de mundialização. Seja uma ética da comunicação seja uma comunicação ética implica, antes e acima de tudo, potencializar a luta pela democratização da informação e comunicação nos processos de mediação tradicionais e emergentes, sobretudo, no sentido de assegurar a toda a humanidade inclusão social com inclusão digital e controle público.

Cidadania glocal, identidade nordestina: ética da comunicação na era da internet trata-se da reunião de dez textos, oriundos de apresentações de obras, palestras e conferências proferidas em diversas universidades, por ocasião, inclusive, do recebimento de títulos honoríficos. Destacam-se os de Cidadão Pernambucano e de Doutor e Professor Honoris Causa, respectivamente, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), "uma universidade comprometida com os anseios do povo rústico da minha região". Em junho do ano passado, ao receber o título da UEPB durante o Intercom Nordeste 2010,

realizado em Campina Grande, Marques de Melo já nos lançava um desafio-síntese do que viria a constituir o seu novo livro:

> [...] Quero desafiar os colegas do Departamento de Comunicação da UEPB a escreverem livro semelhante ao que acabo de mencionar.
>
> Trata-se de tarefa inadiável, com a qual estão comprometidos e dela não podem fugir, nem continuar adiando. Proponho que socializem as experiências aqui desenvolvidas no sentido de vislumbrar uma “outra comunicação”. Trata-se de ousadia que lhes confere singularidade no panorama nacional, mas que permanece desconhecida da nossa comunidade acadêmica. Somente uns poucos que conhecem historicamente o trabalho aqui promovido, de modo contínuo e consciente, podem testemunhar a valorização que merecem o popular, o regional e o tradicional no conjunto das expressões comunicacionais pesquisadas e/ou ensinadas.

Convictos de que a luta e os desafios de José Marques de Melo são extensíveis aos profissionais e pesquisadores da comunicação de todos os rincões brasileiros e latino-americanos, cabe-nos então “pensar alternativamente e agir solidariamente” como cidadãos e cidadãs glocais.

** Professores do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba e Editores deste livro.*

Preâmbulo

José Marques de Melo

As reflexões éticas contidas neste livro constituem explicitações daqueles princípios enunciados na palestra que proferi em Vitória (ES), durante o XVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, posteriormente publicada no livro organizado por Cicilia Peruzzo – Transformações da Comunicação : ética e técnica (São Paulo, INTERCOM, 1995, p. 67-75).

Naquela conjuntura, estávamos vivendo uma situação limite na sociedade brasileira, impregnada por valores ancorados no "ceticismo", que inspiravam atos explícitos de "denuncismo", gerando comportamento "derrotista" . Minha intuição era a de que somente ultrapassaríamos aquela encruzilhada, restaurando a ética do "interesse público".

Felizmente, concluímos aquela travessia dolorosa, cujas seqüelas projetam-se ainda no interior das universidades, onde os corporativismos e o individualismo conduzem a práticas lesivas às demandas sociais.

Por isso mesmo, tenho usufruído todas as oportunidades que me foram brindadas, neste primeiro decênio do novo século, valendo-me da tribuna erigida em minha homenagem, em atos honoríficos, para martelar ideias que espero que sensibilizem as novas gerações acadêmicas a proceder como vanguardas em defesa do bem comum e da convivência democrática.

Reuni dez textos que os poetas de cordel certamente rotulariam como "literatura de época", destinados a audiências que corresponderam aos meus desígnios, demonstrando emotividade, afetividade e simpatia em relação às teses esboçadas.

Trata-se do meu "canto de cisne", no ocaso da vida universitária, culminando uma carreira que principiou há meio século, absolutamente sintonizada com a ética do interesse público que resgato, reitero, enfatizo em cada uma das alocuções, denotando cidadania global, mas conotando minha identidade nordestina.

São Paulo, 9 de julho de 2010.

Construir a cidadania glocal nos confins da terra espinhosa[1]

O provincianismo xenófobo e o paroquialismo ufanista costumam inocular a síndrome da efemeridade precoce aos capítulos da nossa micro-História. Por isso, as narrativas do Cotidiano municipal ou do Imaginário local quase sempre permanecem circunscritas às fronteiras das próprias comunidades que as motivaram.

Fugir aos padrões convencionais desse gênero da literatura historiográfica foi o grande desafio dos organizadores e co-autores da coletânea *Sertão* Glocal, destinada a resgatar a memória da nossa terra. Pensamos num

1 Alocução proferida em Santana do Ipanema (Alagoas), no dia 16 de setembro de 2010, no lançamento do livro *Sertão Glocal* (Maceió, EDUFAL, 2010).

livro destinado às novas gerações. Tanto dos santanenses que hoje habitam o território desbravado pelo Padre Francisco Correia, quanto dos brasileiros que se interessam pelo avanço civilizatório no espaço nacional velozmente globalizado.

Comunidade fincada em pleno sertão alagoano, Santana do Ipanema exibe uma identidade mutante, determinada pela sua condição geopolítica transitiva.

A pobreza de recursos hídricos a converteu historicamente em "terra de passagem". Seus habitantes primitivos cultivaram o nomadismo caeté, entrecortado por estâncias periódicas que coincidiam com as cheias do riacho Camoxinga, cuja água potável se diluía na foz, ao desaguar no Ipanema.

Nas estiagens prolongadas, os nativos se deslocavam para os rincões mais irrigados. Transitavam ciclicamente entre as **Águas Belas** (terra dos fulni-ô) e a **Água Branca** (refúgio dos "pankararus"). Ou cruzavam os **Dois Riachos** em busca das minas d`água que brotavam no pé da serra, em Palmeira dos Índios (terra dos xucurus). Também corriam léguas, pousando no **Olho D´Água das Flores**, mas atraídos pelo Pão de Açúcar, banhado pela água doce proveniente da Cachoeira que, séculos depois, seria conhecida pelo nome de Paulo Afonso, seu notável "descobridor".

Os nossos primeiros colonizadores batizaram o local como Ribeira do Panema, edificada na confluência do rio Ipanema com o riacho Camoxinga. Rio de "água imprestável", o Ipanema corre temporariamente. Seu leito é irrigado pelo caudal impetuoso de água salinizada, quando chove na sua distante cabeceira, em pleno sertão pernambucano.

Não é sem razão que ao chegar àquelas plagas para fundar uma casa de beatas, o Padre Francisco Correia tenha invocado a proteção de Santa Ana, mãe de Maria e avó de Jesus, numa espécie de pacto divino capaz de propiciar dias chuvosos para nutrir o solo fértil, engordar o gado leiteiro e matar a sede dos mestiços que por ali se aventuravam.

Compreende-se, também, porque Graciliano Ramos descreveu Santana como "terra espinhosa", cuja paisagem é dominada por mandacarus e cujos remanescentes populacionais, condenados à barbárie resultante do isolamento, nas frequentes e prolongadas estiagens, eram induzidos a permanecer "fora da lei".

O avanço tecnológico de certo modo removeu os fatores que entravaram nosso progresso. A vida cotidiana da cidade quase nada tem a ver com os tempos dos nossos avôs. A eletrificação sepultou os candeeiros e as lamparinas, o abastecimento d`água aposentou os jumentos e seus tangedores, a mutação da

economia trouxe maior equilíbrio entre a produção agropecuária e a prestação de serviços típica do setor terciário.

Hoje, torna-se notória a gradativa conversão do espaço santanense em polo educacional.

O processo irrompe em 1938. A fundação do Grupo Escolar arrefece o êxodo rural, retendo temporariamente os jovens dos clãs matutos. Pois as empobrecidas famílias, residentes na roça, sofrendo as agruras do minifúndio, demandam a rua para alfabetizar as novas gerações, assim qualificando o contingente migratório direcionado ao sudeste fabril.

Prossegue em 1950. A criação do Ginásio atrai jovens das redondezas para dominar saberes compatíveis com as oportunidades advindas do funcionamento da rede de serviços (bancos, oficinas, escritórios, repartições públicas) necessárias ao desenvolvimento do capitalismo na região.

Chega ao seu ápice em 2010. A implantação da universidade, principiada em 1995, pela rede estadual de ensino superior, formando zootecnólogos e pedagogos, aprofunda-se com a chegada da universidade federal, instalando o polo de negócios no Campus Sertão da UFAL – Universidade Federal de Alagoas.

A vocação mercantil de Santana do Ipanema converte-se em fator determinante dessa revolução cultural. Desde os primeiros passos da nossa atividade produtiva, temos uma sociedade atrelada ao mercado internacional. Inserida na "civilização do couro", a nossa vida econômica, lastreada pela agricultura de subsistência, teve como eixo principal a exportação de peles bovinas e caprinas, mais recentemente de laticínios.

Atentas, por dever de ofício, às flutuações do mercado exportador, as nossas elites assimilaram, por tabela, os componentes da cultura nacional e os resíduos da cultura global nela impregnados, forjando uma cultura mestiça em permanente mutação.

Trata-se de ingrediente civilizatório que nos condicionou historicamente, outrora alimentado pelos ciclos migratórios, tendo como agentes os santanenses que robusteceram a diáspora alagoana dentro do território nacional. O avanço das telecomunicações pôs fim ao isolamento sertanejo e agora a disseminação da internet colocou Santana definitivamente na aldeia global.

Projetado como um testemunho dos intelectuais orgânicos da diáspora santanense, o livro *Sertão Glocal* reaviva o simbolismo diluído pelo tempo e esmaecido pelo espaço. Seus autores são majoritariamente escritores ou

criadores que preservaram a memória glocalizada às margens do Ipanema, transformando suas lembranças em aluvião capaz de tornar perene o fluxo hídrico do rio que corre no imaginário daqueles que nasceram ou viveram na cidade abençoada pela Senhora Santana.

Foram convocados, para este mutirão telúrico-afetivo, representantes de várias gerações, que podem ser identificadas através de três figuras emblemáticas.

A geração do começo do século comparece por intermédio do nonagenário pediatra social Aguinaldo Nepomuceno Marques, que está celebrando o cinquentenário do seu livro "Fundamentos do Nacionalismo".

Por sua vez, o ícone da geração do meio é o sexagenário José Geraldo Wanderley Marques, ecólogo e poeta, cuja produção literária está eivada do lirismo santanense e da nostalgia sertaneja.

Finalmente, a nova geração aparece por intermédio do argonauta que pilota semanalmente a nave portadora das "Saudações Caetés". Virgílio Wanderley Nepomuceno Agra, apesar de forjado no simbolismo objetivo da engenharia, preservou a verve literária e a subjetividade dos ancestrais batavos, socializando suas impressões do cotidiano via internet.

O Sertão Glocal emerge assim como espaço geocultural cujas raízes estão fincadas no árido solo calcinado pela falta d`água, mas nutrido pela têmpera dos seus renitentes povoadores, cujas "vidas secas" denotam teimosia, confiança, perseverança. Mesmo tendo que migrar para sobreviver, retornam periodicamente para reciclar as baterias enfraquecidas pela distância.

Entrar na idade mídia, sem perder a identidade regional[2]

Nenhuma metáfora simboliza melhor o nosso país do que a expressão tão cara aos intelectuais emblemáticos que foram Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e Manuel Diegues Júnior. Eles se referem ao **Brasil** como um **arquipélago cultural**, cuja constituição geofísica assemelha-se a um conjunto de ilhas. Sua unidade geopolítica foi historicamente preservada por três instituições hegemônicas: a língua portuguesa, a religião católica e o sistema federativo que preside o nosso governo, da monarquia à república.

---

2 Discurso escrito para ser lido no dia 15 de setembro de 2010, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, na cidade do Recife, por ocasião da outorga do título de Cidadão Pernambucano.

Algumas dessas ilhas ocupam espaços aglutinadores, constituindo polos regionais. Em torno delas gravitam naturalmente ilhas conexas. Esse é o caso de **Pernambuco**. Historicamente reconhecido como núcleo regional, ponto de convergência dos componentes insulares do Nordeste.

Em passado remoto, Pernambuco ocupou o tríplice papel de vetor econômico, político e cultural da região. Na atualidade, continua a ser reconhecido como sua vanguarda cultural. Não se trata de mera figura de retórica, mas de realidade palpável. Que pode ser diagnosticada através do exame da trajetória da intelectualidade alagoana, paraibana, potiguar, cearense, piauiense e sergipana. Em menor grau, figuram os baianos e os maranhenses, situados em lugares fronteiriços. Oscilam entre a atração pernambucana e as seduções metropolitanas do Sudeste ou do Norte. Ou então acumulam capital para se tornar polos autônomos.

Esse poder de atração, sedução e encantamento que ostenta Pernambuco decorre da construção e da reprodução de sua identidade cultural. Como se configura essa identidade?

Ela transparece a atitude bem humorada, popularmente difundida em tempos de paz ou de guerra.

No tempo da guerra, era exemplificada através da vinheta que iniciava a programação

de sua emissora-líder: – *Rádio Jornal do Comércio, Pernambuco falando diretamente para o mundo.*

Nos tempos de paz, ela se traduz pelo culto ao jornal mais antigo em circulação na América Latina, contida na exclamação: *Só acredito que o mundo acabou quando a notícia sair na primeira página do Diário de Pernambuco !*

Mas, sem dúvida alguma, a marca retumbante de sua identidade cívica, catalisada pelo Hino Estadual: "*Pernambuco, imortal, imortal*" – persiste naqueles signos nacionalmente reconhecidos e regionalmente aclamaados.

Por exemplo: o **heroísmo republicano** de Frei Caneca, o **abolicionismo diplomático** de Joaquim Nabuco e o **civismo nacionalista** de Barbosa Lima Sobrinho.

Mas também: a **geografia da fome** de Josué de Castro, a **pedagogia do oprimido** de Paulo Freire e a **sociologia do cotidiano** de Gilberto Freyre.

Ou então: a **poesia** de Manuel Bandeira ou de João Cabral de Melo Neto, a **pintura** de Vicente do Rego Monteiro e de Jaime Câmara, a **escultura** de Francisco Brennand e de Abelardo da Hora. Ela ainda pode se destacar: no **frevo** de Capiba, no **baião** de Luiz Gonzaga, na **cerâmica** de Vitalino.

Em última instância, figura inevitavelmente nas iguarias do patrimônio coletivo, como a **tapioca**, o **bolo de rolo**, o **sarapatel**, a **cartola** e o licor de **pitanga**.

Identificado com esse simbolismo, sinto-me contente e orgulhoso ao receber o título de Cidadão Pernambucano. Na verdade, acolho essa distinção que me confere a Assembleia Legislativa do Estado como se fora a continuidade, melhor dizendo, a consolidação, daqueles laços afetivos que cultivei na infância e na mocidade.

Quando criança, visitei periodicamente a cidade de Águas Belas, primitiva aldeia dos fulni-ô, tribo indígena que outrora habitou também o espaço em que me criei – a comunidade alagoana limítrofe, Santana do Ipanema. O motivo das minhas visitas, naturalmente monitorado por familiares adultos, era a de rever parentes que ali fincaram raízes. Mas o que permaneceu viva na minha memória foi a lembrança dos *torés*, ritual cultivado pela diáspora fulni-ô. Espalhada por todo o sertão circunvizinho de Pernambuco, Alagoas e Bahia, seus encontros anuais, à sombra dos juazeiros, eram regados a jurema, bebida que provoca efeitos alucinógenos.

Ao chegar à maioridade, na época dos estudos universitários, vivi nesta cidade do Recife. Aqui me formei e comecei a carreira

acadêmica, na área de jornalismo. Aqui me casei e constitui família, assimilando os hábitos e costumes da terra. Aqui enveredei pela política, solidário com a utopia acalentada pelos contingentes que alçaram Miguel Arraes à liderança do governo pernambucano. Aqui também curti minhas desilusões políticas, tomando a firme decisão de optar exclusivamente pela vida universitária.

O golpe de 1964 conduziu-me ao exílio dentro do próprio país, impulsionando minha vocação de andarilho mundial. Em São Paulo, convivi intensamente com a diáspora pernambucana.

Hoje, no ocaso da vida acadêmica, sinto-me revigorado por tão significativa homenagem. Ouso engrossar a fileira daqueles pernambucanos nativos que lançaram as bases de uma corrente cuja marca registrada tem sido o resgate da identidade pernambucana.

Constituindo patrimônio cognitivo destinado às futuras gerações, tais pesquisas estão embasadas naquele acervo construído por Pereira da Costa e por Oliveira Lima.

Pereira da Costa legou, no final do século XIX, a "coluna vertebral" do *ethos pernambucano*. Trata-se dos *Anais Pernambucanos*, obra em 10 volumes, contendo um repertório exaustivo de pessoas e instituições que deram sentido à sua cultura. .

Oliveira Lima garimpou os "fatos pernambucanos" que lhe pareceram relevantes no inventário de Pereira da Costa, com a intenção de relacioná-los com a "marcha da civilização brasileira", confrontado-os também com os "acontecimentos do Velho Mundo".

Mas o verdadeiro fundador desse território conhecido como Estudos Pernambucanos é Alfredo de Carvalho, autor da primeira obra assim denominada. Dedicada ao desbravador Pereira da Costa e saudada por Oliveira Lima como nossa *petite histoire*, essa obra, publicada em 1907, rompe os cânones da exaltação aos grandes feitos históricos, privilegiando episódios marcantes da vida cotidiana. Seu foco está concentrado na paisagem, na pré-história, nos motins políticos e no jornalismo literário, destacando a presença forânea, no espaço pernambucano: as invasões batavas, as ideias de Racine e a lírica de Castro Alves ou os relatos de viajantes como Waterton e Swainson.

Meio século depois, apareceria o segundo livro rotulado como *Estudos Pernambucanos.* Datado de 1956, reúne dez ensaios escritos pelo jornalista Aníbal Fernandes, previamente lidos em conferências que ministrou em várias cidades brasileiras.

Passado outro quarto de século, Barbosa Lima Sobrinho lançou o livro *Assuntos Pernambucanos* (1986), também, formado

por ensaios sobre temas diversos, abrangendo desde a guerra dos mascates ao povoamento do sertão do São Francisco, passando pela revolução praieira e destacando o protagonismo de paradigmas pernambucanos, entre eles Nabuco, Freyre, Carneiro Leão e o herói bolivariano Abreu e Lima.

Essa trilogia constitui o que chamo de "antigos" estudos, a ela ousando acrescentar uma coletânea de minha autoria, organizada e editada por Maria Cristina Gobbi, recentemente lançada no Festival Literário do Vale do São Francisco, com o modesto título *Novos Estudos Pernambucanos,* mas ostentando ambicioso subtítulo *Pernambuco na Idade Mídia*.

Trata-se de um gesto de reconhecimento do neófito cidadão pernambucano, que sem renunciar às suas raízes caetés, sente-se gratificado pela decisão da Assembleia Legislativa, incluindo-o na galeria dos pernambucanos honorários. Se já me orgulhava de pertencer ao seleto clube dos Cidadãos Recifenses, a partir de hoje, posso me rejubilar como Cidadão Pernambucano, de fato e de direito.

Agora faço parte daquela plêiade de intelectuais alagoanos que assumiram voluntária e conscientemente o *ethos* da pernambucanidade. Destacando os conterrâneos ilustres – Tadeu Rocha, Arnoldo Jambo e Carlos Cavalcante – cujas carreiras foram construídas

no *Diário de* Pernambuco, quero homenageá-los como modelos de jornalistas nos quais podemos buscar inspiração, alento, perseverança.

Mas não posso deixar de fazer referência a duas figuras historicamente vinculadas ao legislativo pernambucano, com as quais convivi durante o tempo em que aqui atuei nos idos de 60. Um deles, o jornalista Luiz Beltrão, servidor da casa, que a ela prestou relevantes serviços jornalísticos e que me ensinou o ofício noticioso. O outro, um combativo deputado, cuja biografia honra Pernambuco pela coragem, retidão e heroísmo – David Capistrano – com que me deu lições de civismo.

Com grande emoção, pleno reconhecimento e muita humildade, a eles dedico o galardão que recebo neste momento.

Pensar alternativamente e agir solidariamente[3]

O que torna diferente esta honraria, afetuosamente concedida pela Universidade Estadual da Paraíba, evocando a celebração dos meus 50 anos de jornalismo, se comparada as outras que venho recebendo, no país e no exterior?

Trata-se de detalhe que pode escapar à percepção geral, mas que me deixa particularmente orgulhoso, ao receber o título de Professor Honoris Causa.

---

3 Discurso proferido em Campina Grande (PB), na noite de 10 de junho de 2010, durante a outorga do título de Professor Honoris Causa pela Universidade Estadual da Paraíba.

Refiro-me à circunstância desse reconhecimento ter a marca de uma comunidade interiorana, o selo de uma universidade comprometida com os anseios do povo rústico da minha região. Mais do que isso: trata-se de um testemunho dos meus colegas que se dedicam ao estudo da cultura popular, um campo de pesquisas e reflexões que tem sido desdenhado ou desqualificado pelo claustro acadêmico, melhor sintonizado com os interesses das elites dominantes.

Desde o nascimento do curso de comunicação de Campina Grande, fruto da teimosia de colegas que não desistem facilmente dos projetos de interesse coletivo, venho acompanhando sua vocação regional, seu compromisso popular, seu perfil comunitário, sua identificação com as demandas das classes subalternas.

E tenho estimulado, presencialmente ou a distância, a manutenção dessa linha de pesquisa, mesmo que enfrentasse a incompreensão dos detentores do poder universitário, aqui, em João Pessoa ou em Brasília. Não se trata apenas de remar contra a maré dos que se sentem partícipes incondicionais da arena global, mas de vencer a obtusidade dos que se deixam iludir pelas aparências de uma sociedade que se diz pós-moderna, descartando as identidades nacionais e jogando, na lata do

lixo da História, as peculiaridades regionais e as especificidades locais ou até mesmo os singulares paroquialismos.

Enganaram-se redondamente os que acreditavam numa sociedade unidimensional, matizada pelas cores da metrópole unipolar, cuja indústria cultural tenta dominar mercados, ameaçando as diferenças enraizadas em tradições seculares. Paradoxalmente, o suporte principal dessa sociedade que se pretende mundializada vem favorecendo os povos e as comunidades que não se renderam ao mimetismo, que resistiram à padronização simbólica.

Esse cavalo de troia engendrado pela magia da eletrônica e refinado pelas malhas da carpintaria digital se chama **internet**. Nas suas entranhas, vem germinando uma nova realidade. Nela, desponta uma sociedade **glocalizada**, evidenciando que global e local podem coexistir dinamicamente.

Declaro que, não obstante a força da literatura acadêmica, respaldando essa tendência culturológica, só me convenci da sua validade e irreversibilidade ao resgatar minhas raízes sertanejas depois de 50 anos de distância física, sem nunca ter negligenciado o cultivo de minhas fontes espirituais.

Sou um intelectual confessadamente interiorano, homem de província e cidadão fiel

à cultura sertaneja. Mesmo percorrendo os caminhos do mundo e trilhando as rotas do nosso continente, preservei o meu orgulho caeté, naquela acepção antropológica tão bem dimensionada por Graciliano Ramos. Tanto em seu romance de estreia quanto posteriormente, explicitando-a nas *vidas secas* que traduzem a identidade renitente de seus personagens emblemáticos.

Durante todos esses anos de exílio contingencial na "terra da garoa", mantive frequentes contatos com meu povo, sem notar dissonâncias radicais no território que mestre Graça outrora carimbou como "terra dos mandacarus". Mas eis que minha comunidade se revelou paradigmática daquilo que, há pouco, chamei de **sociedade glocal**. Pois bem, a cidade onde vivi toda a minha infância e adolescência saltava da condição de terreno estéril para a gestação da imprensa, convertendo-se em território propício ao nascimento da internet.

Se os jornais ali não passaram das primeiras edições, hoje a mídia digital mostra-se fértil, abrigando 3 portais, que fortalecem as remanescentes identidades comunitárias, reatando os laços desfeitos com a partida de tantos migrantes, hoje povoando a diáspora nordestina espalhada pelo Brasil afora.

Santana do Ipanema aproxima-se, hoje, no Estado de Alagoas, ao estágio em que vislumbrei

Campina Grande, na região Nordeste, há meio século atrás. Ainda estão vivas, na minha memória, as imagens que guardo desta cidade cosmopolita, quando a visitei pela primeira vez, em 1961. Comparada com a pobreza comunicacional do meu pedaço sertanejo, sem jornais, rádios e outros meios de difusão cultural, Campina Grande incorporou-se ao meu imaginário como paradigma da grandeza midiática, ou seja, como ideal a ser atingido pelas demais comunidades nordestinas.

Além de possuir jornal diário, sustentado pela pujança do comércio agropecuário, Campina Grande ostentava já os sinais de polo universitário regional. Tanto assim que sediava um encontro nordestino dos estudantes de direito, promovido pela UNE e já então apoiado por instituições de prestígio nacional, como a SUDENE. Participar desse congresso estudantil foi a motivação que me trouxe a esta progressista cidade, no início da minha caminhada intelectual.

Matuto alagoano, recém chegado à capital nordestina, impressionou-me o orgulho dos pernambucanos que falavam "diretamente para o mundo", não só através das ondas hertzianas, inauguradas pioneiramente em 1919 (antes mesmo da capital federal), mas que desbravaram o universo televisivo, inaugurando

simultaneamente as duas primeiras emissoras nordestinas de televisão.

Sem esquecer que Recife já sediava o "mais antigo jornal diário em circulação na América Latina", fiquei extasiado ao reconhecer em Campina Grande a potencialidade de uma metrópole em crescimento, a maior do interior em toda a região.

Comparei, assim, as três referências urbanas que faziam parte do meu repertório cognitivo – a estagnação cultural de Santana do Ipanema, o poderio político historicamente acumulado por Recife e a força econômica do desenvolvimentismo sustentado que exibia Campina Grande – e não tive dúvida em eleger o terceiro modelo como ideal de progresso a ser atingido pela cidade onde me iniciara no jornalismo e da qual me apartava pela carência de oportunidades educacionais.

Reconheço que ao visitar, em anos recentes, minha terra adotiva, voltei a recordar a minha primeira visita a Campina Grande. Esta lembrança permaneceu no meu relicário mítico como patamar ambicionado para libertar Santana do Ipanema daquele estágio angustiante de alienação estagnadora, tão bem descrito pelo nosso contista maior, Breno Accioly. Faço aqui um parêntese para explicar que nasci em Palmeira dos Índios, cidade vizinha, cená-

rio das narrativas que consagraram o mestre Graciliano Ramos na literatura brasileira.

Por que tirei do baú de recordações as pretéritas imagens míticas de Campina Grande? Justamente porque ali identifiquei sinais de rompimento das amarras que podem livrar Santana do Ipanema da "maldição do cigano". Rememoro o símbolo cultivado pelo imaginário coletivo, incorporado literariamente ao nosso acervo comunitário pelo memorialismo de Oscar Silva, outro intelectual nativo que engrossou o universo da diáspora santanense espalhada pelo território nacional.

Além de intercomunicar-se "diretamente com o planeta", através da internet, passo maior do que o esboçado pelos pernambucanos em tempos de guerra, podem os sertanejos alagoanos, em tempos de paz, participar do universalismo cognitivo que já era privilégio dos paraibanos da serra da Borborema, há muitas décadas passadas. Se há poucos anos, sediávamos a unidade zotécnica da universidade estadual, a partir de agora passamos a dispor, também, do polo de negócios da universidade federal.

Para celebrar o ingresso de minha comunidade na sociedade do conhecimento, etapa vencida por Campina Grande décadas atrás, organizei um livro coletivo, reunindo ensaios produzidos pela nossa diáspora intelectual,

sob o título **Sertão Glocal,** complementado por um subtítulo eivado de significação telúrica – “Um mar de novas ideias brota às margens do Ipanema”.

Desculpem os colegas se os estou distraindo com fatos referentes a situações exógenas ao contexto da cerimônia que hoje nos reúne. Mas se o faço é pelo desejo de exortar a vanguarda dos intelectuais desta universidade a produzir obra semelhante à que a EDUFAL vai lançar dentro de poucos dias.

E aí está o ônus de tal galardão. Já que vocês me condecoram, desejo exercer de fato o poder embutido nessa homenagem. Quero desafiar os colegas do Departamento de Comunicação da UEPB a escreverem livro semelhante ao que acabo de mencionar.

Trata-se de tarefa inadiável, com a qual estão comprometidos e dela não podem fugir, nem continuar adiando. Proponho que socializem as experiências aqui desenvolvidas no sentido de vislumbrar uma “outra comunicação”. Trata-se de ousadia que lhes confere singularidade no panorama nacional, mas que permanece desconhecida da nossa comunidade acadêmica. Somente uns poucos que conhecem historicamente o trabalho aqui promovido, de modo contínuo e consciente, podem testemunhar a valorização que merecem o **popular,** o **regio-**

nal e o **tradicional** no conjunto das expressões comunicacionais pesquisadas e/ou ensinadas.

Dessa maneira, quero encorajá-los a continuar pensando alternativamente e agindo solidariamente. Vocês representam um diferencial qualitativo no panorama nacional dos estudos de comunicação, mas se escondem modestamente nos limites impostos pelas muralhas do "gueto acadêmico". Por isso mesmo, ao me honrarem com título tão generoso, sinto-me no dever de alertá-los civicamente e de convocá-los politicamente para sair das muralhas onde o elitismo acadêmico nos condenou a viver de maneira cômoda, tranquila e apática.

Vamos superar esse imobilismo, compartilhando com as forças vivas da sociedade o conhecimento que produzimos à custa dos impostos pagos pelos cidadãos. Pelo menos três caminhos estão abertos: o da comunicação regional, o da divulgação científica e da cultura dos marginalizados. A iniciativa de sediar este congresso de ciências da comunicação na região Nordeste é um primeiro passo corajoso.

Aqui e agora vocês podem explicar aos colegas dos estados vizinhos o que fazem, pesquisam e aplicam, sem temor de confessar sua vocação acadêmica e de democratizar o conhecimento produzido. Na sequência, pre-

cisam sair da província, exaltando seus valores identitários.

Três perguntas demandam explicação nacional. Só vocês podem esclarecer e justificar:

1. Por que Campina Grande se converteu em polo emblemático de mídia **regional**, historicamente consolidado e periodicamente reciclado? Esse modelo pode ser replicado em outras regiões? Como? Onde? Cabe aos pesquisadores de **comunicação regional** elucidar a questão.

2. Campina Grande despontou no cenário acadêmico brasileiro como núcleo científico de ponta, onde o Estado fez investimentos para criar tecnologia de última geração destinada a respaldar o desenvolvimento nacional. Qual o impacto dessas inovações científicas no sistema produtivo? Eis uma tarefa a mobilizar a atenção dos estudiosos da **divulgação científica**.

3. Como transformar um slogan publicitário em conhecimento sistemático? Se Campina Grande tem o maior forró do mundo, em que consiste o fenômeno e como ele se renova continuamente, atraindo multidões nas festas juninas da colheita agrícola e alimentando uma rede bem nutrida de serviços culturais?

> Aqui está a esfinge a ser decifrada pelos **analistas da folkcomunicação**. A comunidade nacional e a vanguarda internacional das ciências da comunicação querem saber mais: o quê, quando e onde, mas também deseja entender o como e está curiosa pela compreensão dos porquês.

Aqui fica a lição de casa para os que me causaram tamanha alegria ao ser incluído no quadro de honra desta universidade.

Numa conjuntura marcada pelo ceticismo, niilismo e derrotismo, vai fazer bem ao povo da comunicação tomar conhecimento das aspirações comunicacionais do povo real, aquele que padece horas a fio na servidão muscular, amassando com as próprias mãos o barro da vida cotidiana. E também buscando lenitivos nos processos de interlocução simbólica que lhe dão alento, esperança e segurança para continuar lutando e sobrevivendo, até a conquista de uma sociedade justa e mais humana.

Erradicar o mutismo do homem brasileiro[4]

Mandam os tratados de eloquência que, em solenidades dessa natureza, o homenageado faça uma alocução de agradecimento. E conclua com uma peroração de encorajamento.

Cumpro o ritual, expressando minha gratidão à Universidade Positivo pela outorga do título de Doutor Honoris Causa, que muito me sensibilizou, por ser este o primeiro diploma honorífico que a instituição concede.

Mas, peço permissão para quebrar o protocolo. Sinceramente, não posso deixar de fazer uma confissão pública. Quando a professora

---

4 Discurso proferido na solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universdade Positivo – Curitiba, Paraná – dia 7 de maio de 2010.

Elza de Oliveira me telefonou comunicando que meu nome fora consensualmente sugerido pelo corpo docente do Departamento de Comunicação e o Conselho Universitário homologou a proposta, por unanimidade, meu sentimento foi ambíguo.

Fiquei a um só tempo orgulhoso e surpreso. E me perguntei: por que a mais jovem e uma das mais arrojadas universidades brasileiras me torna merecedor de tanta generosidade?

Nas ocasiões em que recebi títulos dessa natureza, eu me senti gratificado pelos serviços prestados às instituições outorgantes. Mas, neste caso, faltavam-me indicadores para balizar a iniciativa e para esboçar meu reconhecimento.

Afinal de contas, eu aqui estivera uma única vez, como conferencista de um seminário promovido em parceria com a revista IMPRENSA. E retornara no ano passado para selar o compromisso da INTERCOM, sediando neste campus o XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Curioso, inquiri uma pessoa amiga, que não pertence ao corpo docente da instituição. Lembrei que geralmente a outorga de títulos honoríficos é proposta por ex-alunos do homenageado. E eu francamente não os identificava aqui. Contava, é certo, com colegas e amigos.

A pessoa me tranquilizou, com simplicidade e firmeza. Argumentou claramente: o senhor está equivocado. Pois, a grande maioria dos docentes da Universidade Positivo, na área de comunicação, tem-lhe na condição de mestre. Se não frequentaram formalmente suas aulas, aprenderam as lições da literatura acadêmica. Os livros que o senhor escreveu eles consultam para preparar as aulas dadas aos seus alunos.

Fiquei perplexo, pois nunca avaliara o impacto dos livros que venho publicando há 40 anos. Mesmo tendo consciência de que sua circulação não pode ser dimensionada apenas pelo volume de exemplares vendidos.

Comecei imediatamente a pensar sobre o papel desempenhado pelos professores universitário, bem como sobre o lugar que os livros ocupam nos processos de ensino-aprendizagem. Nenhum momento melhor que este, para externar tais reflexões.

Pertenço à última geração cronologicamente gutenbergiana deste país. Ou seja, aquela nutrida pela fruição da palavra impressa. O livro foi a principal fonte cognitiva a que recorreram os meus contemporâneos para formar o repertório cultural que nos tornou cidadãos. Participamos daquela revolução cultural descrita por Marshall McLuhan no livro que o consagrou academicamente *A Galáxia de Gutenberg.*

Sua tese é a seguinte: a imprensa liberta o homem da servidão intelectual a que estava condenado pela civilização oral. A circulação dos impressos portáteis, como o livro e o jornal, acarretou mudanças radicais na vida cotidiana. Além de haver respaldado o nacionalismo, fomentando as literaturas em vernáculo, tais suportes cognitivos estimularam a liberdade de pensamento e o espírito de crítica, indissociáveis do ato da leitura particular, tranquila e silenciosa.

A geração que nasceu, a partir dos anos 50 do século XX, foi gradativamente moldada pelos parâmetros da civilização audiovisual. Estabelecidos pela hegemonia do rádio e da televisão, estes sinalizam o retorno à vida tribal. Só que em proporções gigantescas, configurando aquela metáfora da "aldeia global" que McLuhan sugere, no seu livro mais polêmico *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

Presenciamos agora a emergência de uma nova geração. Embora gravitando em torno de plataformas moldadas pelo som e pela imagem, ela começa a libertar-se do determinismo audiovisual. Este, sendo produto da convergência tecnológica, facilita o acesso às matrizes gutenbergianas. Enseja, também, a reativação de fenômenos potencialmente transformadores. Como o ressurgimento dos nacionalismos e regionalismos. Além do fortalecimento da privacidade e do exercício da consciência cidadã.

Trata-se de processo fascinante, porque escancara as portas do multiculturalismo. Permite, não apenas às nações, mas também às regiões e às comunidades, participar ativamente do movimento civilizatório nutrido pela utopia de que um "outro mundo" é possível. Cabe-nos, portanto, lutar pela sua construção.

É justamente nesse contexto que desejo regressar ao meu ponto de partida – o do magistério bibliográfico, que, em certo sentido, motivou este ato solene.

Venho dando asas à imaginação, ao tomar como referência minha estreia na órbita gutenbergiana. Isso ocorreu há quase meio século. A distância temporal permite comparar com o presente, vislumbrando o meu ocaso, que se aproxima.

Quando publiquei meu primeiro livro, há 40 anos, nunca cogitei que teria uma trajetória excepcional. Com o selo da já então prestigiada Editora Vozes, *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* (Petrópolis, 1970) inaugurou a série de obras dedicadas ao campo das ciências da comunicação, então emergente nas universidades brasileiras. Esse livro repercutiu de tal modo, passando a ser adotado como livro-texto em todo o território nacional. Foram lançadas 6 edições consecutivas, totalizando aproximadamente 20 mil exemplares. Considero-me,

portanto, o autor do primeiro *bestseller* brasileiro do campo comunicacional.

Na sequência, lancei outro livro, da mesma natureza – *Jornalismo Comparado*, com o selo da Editora Pioneira de São Paulo (1972). Baseando-se no êxito alcançado pelo meu livro inicial, o editor arriscou. Ousadamente, ele imprimiu 9 mil exemplares.

Obras posteriores, entre elas, *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento* (Vozes, Petrópolis, 1971) e *Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação* (Petrópolis, Vozes, 1976) alcançaram mais de uma edição, vendendo milhares de cópias.

Hoje, o panorama é completamente diverso. Quando lançam obras de mil exemplares, os editores afirmam que se trata de operação de risco. A maioria prefere publicar 500 ou 300 exemplares. Providenciam a reimpressão se a demanda reagir positivamente.

Sou autor de quase meia centena de livros sobre comunicação e mais de uma centena de outras obras em que atuei como organizador ou autor de capítulos. E fico sempre espantado com as baixas tiragens. Mais do que isso, com os escassos índices de vendagem e consequentemente de leitura.

É verdade que os tempos são outros. Constatamos a existência de mais de mil

unidades de ensino superior que oferecem cursos de comunicação, em todo o país. Se o público potencial de obras dessa natureza cresceu exponencialmente, aumentou também o contingente de autores. Só para lhes dar uma ideia dessa explosão editorial: no ano passado, durante o congresso da Intercom, foi lançada, no campus desta universidade, mais de uma centena de títulos novos, escritos por diferentes autores.

Admito, no meu caso particular, que começava a perder o estímulo na preparação de novos livros, em face da redução das tiragens lançadas pelos meus editores. Escrever para quem?

É voz corrente nas universidades que o estudante brasileiro não lê, pouco se interessa pela leitura. Quando muito, limita-se a capítulos de livros xerocopiados ou a textos de livre acesso na internet.

Trata-se de tendência comprovada por todos nós? E, se confirmada, não podemos interpretá-la com olhar apocalíptico. Como enfrentar ou reverter a situação?

A outorga do título de Doutor Honoris Causa com que a Universidade Positivo me honra, nesta ocasião, eu a tomei como incentivo para prosseguir na labuta docente, na sala de aula, mas também para exercitar o magistério bibliográfico de modo diferente.

Fico lisonjeado ao saber que mereço a atenção e o interesse dos colegas professores de comunicação da Universidade Positivo. Mais do que isso: estou emocionado com a homenagem que me prestam espontaneamente.

Se os alunos desta universidade ainda não são leitores habituais dos livros que venho escrevendo, sinto-me recompensado pela difusão das minhas ideias na sala de aula, mediadas pelas leituras que delas fazem os seus professores. Estes se encarregam de lhes repassar o conteúdo e certamente de torná-lo mais atraente do ponto de vista didático.

Como retribuição, prometo continuar escrevendo e publicando, enquanto tiver forças. Trata-se de um gesto de reconhecimento pela honra que me concedem.

Da mesma forma, pretendo revisar minha estratégia pedagógico-editorial, na tentativa de estabelecer comunicação direta com os jovens estudantes. Até hoje, permaneci fiel ao suporte impresso, socializando conhecimento através do livro convencional. Declaro solenemente que estou me reciclando. Estou buscando conhecimento tecnológico para discernir as potencialidades da convergência midiática ensejadas pela digitalização.

Quem sabe, navegando em torno da órbita digital em que está situado o planeta de Bill Gates, retomo meu diálogo direto com a juventude.

Isso, sem abandonar a Galáxia de Gutenberg, que continua a ser porto seguro. Especialmente para os que pretendem usufruir os benefícios essenciais da libertação intelectual a que se referia McLuhan. Ele recomendava preservar o individualismo inerente à leitura silenciosa, estimulando o espírito crítico decorrente da leitura pausada, reflexiva e privativa.

Trata-se de privilégio que pode ser confundido com o individualismo cognitivo. Mas que traduz verdadeiramente o sentido humanizador percebido por Paulo Freire.

Ao reivindicar uma leitura crítica do mundo e não apenas da palavra, o educador pernambucano pretendia dar passo decisivo para erradicar o mutismo do homem brasileiro.

Sonhando com a eliminação radical da "pedagogia do oprimido", Paulo Freire não perdia a esperança de testemunhar a ação decisiva de cidadãos conscientes. Homens e mulheres motivados pelo conhecimento e habilitados pela argumentação, intervindo no espaço público para instaurar uma "pedagogia da libertação".

Uma pedagogia dialógica, capaz de dar voz e vez aos que nunca passaram de figurantes "bestificados" da cena nacional.

Participar soberanamente do mundo que se globaliza[5]

Há 50 anos, cheguei a Pernambuco com uma ideia fixa na cabeça. Ser jornalista pleno e não um mero praticante do ofício, como eu me considerava naquela época. Tendo começado a improvisar reportagens e a exercitar artigos, em minha terra natal – Alagoas -, depois de um ano, eu sabia fazer o trivial na redação do jornal diário em que exercia a profissão. Mas me considerava jornalista pela metade, porque aprendera o **fazer**, mas não detinha o **saber**. Ambicionando muito mais, eu desejava conhecer os fundamentos do jornalismo, sua natureza, suas implicações socioculturais.

5 Discurso pronunciado no dia 22 de abril de 2010, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Católica de Pernambuco.

Pelos rumores que circulavam em nosso meio, eu acompanhava as tentativas de fundação do ensino de jornalismo nas capitais das províncias vizinhas, inclusive aqui no Recife. Mas fiquei decepcionado, ao telefonar para o colégio Nóbrega, onde funcionava a faculdade de filosofia mantida pelos padres jesuítas, concluindo que o curso superior de jornalismo era ainda um projeto em tramitação.

Buscando uma opção plausível para atingir a meta fixada, terminei me inscrevendo no vestibular da faculdade de direito, pela qual transitavam os principais intelectuais da região e onde eu poderia adquirir uma visão holística da superestrutura da sociedade.

Fui bem sucedido, classificado em segundo lugar no exame, apesar de não ter feito o curso clássico no segundo grau. Naquele tempo, o resultado do vestibular era notícia. Mas eu me acotovelei no saguão da Casa de Tobias Barreto, como era chamado o belo edifício onde funciona a Faculdade de Direito da então Universidade do Recife, para ver a lista dos aprovados afixada no "quadro de avisos". Só depois de certificar-me que meu nome constava da lista dos aprovados, li a notícia publicada no *Diário de Pernambuco*, contendo referências aos primeiros colocados, numa reportagem de quase metade de página.

Confesso, porém, que outra informação me pareceu mais atraente, naquela seção do "mais antigo jornal diário em circulação na América Latina". Tratava-se de uma notinha de pé de página, ignorada pelos meus colegas eufóricos, comemorando o sucesso obtido naquele rito de passagem. A matéria referia-se à abertura de inscrições para o vestibular no recém-fundado curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Não perdi tempo, escapulindo imediatamente do pátio interno da veneranda faculdade. Desembestei degraus abaixo, caminhando velozmente pela rua do Príncipe, até chegar, esbaforido, a uma das casinhas anexas à Residência dos Jesuítas, onde funcionava a Secretaria.

Ao adentrar o recinto, fui atendido por Dadá, a toda-poderosa Secretária-Geral desta universidade, que me indicou, dedo em riste: Jornalismo é com o professor Luiz Beltrão. Esperei no balcão o atendimento das pessoas que me precederam, todas elas exibindo o recorte de jornal com a notícia sobre o novo curso. Luiz Beltrão me atendeu com objetividade, dando as informações essenciais sobre a prova e me animando a concorrer a uma das vagas, apesar de originário do curso científico. Vi ligeiramente o programa, constatando minhas carências cognitivas. Procurei supri-las, lendo, em poucos dias, obras disponíveis para

empréstimo na rede de bibliotecas públicas do Estado de Pernambuco.

Aprovado nesse novo vestibular, tive o privilégio de integrar a primeira turma do Curso de Jornalismo, começando uma bela aventura intelectual que culminou com a minha formatura em 1964, meu ingresso no seu quadro de pesquisadores em 1965, a promoção ao corpo docente em 1966 e a manutenção de um vínculo permanente com esta universidade. Aqui retornei, por exemplo, em 1970, para o lançamento nacional do meu livro *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* e, em 2001, para comemorar o cinquentenário desta instituição, que me prestou simpática homenagem com a publicação da minha biografia, incluída na série "Grandes Nomes da Comunicação", publicada pelo Centro de Estudos da Imprensa e da Cidadania. Mas seu verdadeiro ápice, eu o estou vivenciando, aqui e agora, no momento em que esta Universidade me confere o título de Doutor Honoris Causa, na abertura do XIII Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo.

Sinto-me naturalmente lisonjeado com a iniciativa tomada pela professora Aline Grego, em conjunto com os docentes do Departamento de Comunicação, mas fico embaraçado ao proferir o tradicional discurso de agradecimento. Espera-se, em solenidades desta natureza, que

o homenageado faça uma alocução motivadora, em certo sentido otimista, concitando as novas gerações para darem continuidade ao trabalho iniciado pelos nossos pioneiros e aperfeiçoado pelos seus continuadores.

Pensei muito sobre o que diria nesta ocasião. Procurei discernir o que há de novo no panorama da nossa sociedade. Mas fiquei triste ao constatar que tudo permanece como dantes no quartel de Abrantes.

O revertério institucional decorrente da decisão do STF, declarando inconstitucional a lei de imprensa e abolindo, na sequência, a obrigatoriedade do diploma para o exercício da nossa profissão, praticamente nos reconduz aos cenários que Luiz Beltrão vislumbrava no início dos anos 60, lutando pela formação universitária dos jornalistas.

Mais grave ainda é a postura adotada pelo nosso Judiciário, arvorando-se como árbitro da liberdade de imprensa e amordaçando jornais e jornalistas, em todo o território nacional. Apesar da vigência do preceito constitucional que inibe o legislativo e coíbe o executivo para censurar a mídia, testemunhamos a profusão de sentenças judiciais que interferem no processo informativo, criando um ambiente emoldurado por grande perplexidade.

Por isso mesmo, cheguei à conclusão de que, apesar dos incomensuráveis avanços

tecnológicos alcançados nos últimos anos, alargando os horizontes jornalísticos e ampliando nossas fronteiras cognitivas, a conjuntura vivenciada atualmente preserva muito dos elementos que faziam parte do quadro de referências com que me defrontara em 1964, quando me formei nesta universidade e fui escolhido como orador da minha turma de jornalistas diplomados.

Percebi, então, que a maldição de Sísifo constitui um estigma do qual nós, jornalistas, dificilmente nos desvencilhamos, não apenas na rotina produtiva, mas, sobretudo, no processo de construção da nossa identidade profissional.

Diante dessa contingência, entendi que nada mais atual para dizer aqui, senão relembrar, ratificar e reafirmar as ideias-força que propus aos meus colegas de formatura no ato da nossa diplomação solene, no dia 13 de dezembro de 1964.

A mais importante de todas é a defesa da formação universitária dos jornalistas. Endossei essa tese, fundamentado no argumento de Walter Ramos Poyares, que durante meio século assessorou o conglomerado midiático mais conhecido do país, as Organizações Globo.

- "Estou convencido de que teremos uma imprensa tanto melhor quanto melhor

formação dermos aos jornalistas. (...) Nada contribuirá mais decisivamente para que a imprensa se torne responsável do que o levantamento do nível de formação dos jornalistas, {dando-lhes} um sentido ético e uma consciência profissional que suprimam os ainda vigentes abusos da liberdade, a exploração do sensacionalismo malsão, o desrespeito aos direitos da pessoa humana".

Contrapunha-se, então, a essa perspectiva do jornalista diplomado, aquela imagem romântica do jornalista que só adquiria tarimba na prática, típica do "jornalismo boêmio" do início do século passado, que agia como caudatário dos acontecimentos.

Sepultando essa visão inercial ou eventualmente reativa, o jovem Luiz Beltrão, sindicalista que exercera a vice-presidência da Federação Nacional dos Jornalistas e autor do clássico *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* (Rio, Agir, 1960), fortalecia o perfil do jornalista responsável, sujeito do processo em que estava emaranhado intelectualmente.

"Como expressiva parcela do povo o jornalista não deve permanecer passivo diante dos problemas, limitando-se a expô-los ou criticá-los leviana e inconseqüentemente. A sua posição é de um efetivo participante da elaboração do Direito, da luta pelo desenvolvimento constante das condições econômicas e sociais

das comunidades a cujo serviço se encontra, de contribuinte na obra de entrosamento dos cidadãos na vida política da nação, de colaborador permanente na tarefa da paz e do entendimento entre todos os povos do mundo."

Ao lutar pelo desenvolvimento que dinamiza a melhoria das condições de vida na sociedade, compete ao jornalista discernir o que interessa soberanamente ao povo brasileiro, precavendo-se em relação às pressões do poder econômico, inclusive dos grupos exógenos, hoje rotulados como empresas multinacionais.

Permanecem válidas, a esse respeito, as lições ponderadas, mas enérgicas e estratégicas do jornalista Celso Furtado, que se converteu em signo do desenvolvimento econômico regional.

"Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do nosso desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o governo dispor, ainda, de meios para conhecer os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública".

Está enunciado, portanto, o tripé que dá sustentáculo ao desenvolvimento do jornalismo e à formação de novos jornalistas capazes de participarem desse fascinante processo de construção da soberania nacional e de

inserção vigorosa do nosso país no espaço de um mundo que se globaliza, mas não pode perder sua fisionomia multicultural.

Nesse sentido, vale a pena reproduzir literalmente a peroração que fiz aos meus colegas de turma de Jornalistas diplomados em 1964, amparado na advertência antológica de Rui Barbosa, cuja mensagem readquire vigência neste momento em que o nosso jornalismo patina numa crise profunda e enigmática, mas ao mesmo tempo estimulante e desafiadora.

"Sem que tais medidas sejam tomadas o nosso país assumirá perante a comunidade internacional aquele triste papel delineado por Rui Barbosa: *Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é um país cego e um país de idéias falsas, miasmado, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios que exploram as instituições.* Logo, a nossa posição na vida profissional deve ser exatamente a de vigilantes. Vigilantes para que as informações fornecidas ao público sejam *verdadeiras e exatas*, vigilantes para que elas sejam dotadas de *honestidade e respeito à dignidade humana". (*MARQUES DE MELO, José-1965 – *Da responsabilidade social no Jornalismo*, Recife, ICINFORM0

Derrotar o imobilismo para sair da barbárie cultural[6]

Dois sentimentos irrigam minh`alma neste momento solene: gratidão e compromisso.

Gratidão pela generosidade dos colegas que tomaram a iniciativa, dos colegiados e das autoridades que endossaram a homenagem, bem como do público aqui presente, convalidando o ritual acadêmico.

Compromisso pela expectativa decorrente da honraria que me é concedida, cujo significado parece refletir menos o clichê hollywoodiano do *happy end*, sugerindo o "repouso do guerreiro" e muito mais a metáfora neo-realista da *cinecitá*, proclamando o "adeus às

6 Discurso proferido em São Luis, na noite de 8 de abril de 2010, na solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Maranhão.

armas”, sem contudo renunciar à vigilância cidadã, porque a “luta continua”.

Sinto-me gratificado e endividado.

Gratificado pelo carinho, respeito e admiração com que venho sendo distinguido pela comunidade acadêmica maranhense. Liderando a equipe da Universidade de São Paulo que ajudou a implantar o curso de comunicação desta universidade, aqui estive, nos idos de 70, para ensinar e aconselhar, mas também para aprender e conhecer.

Endividado com os gestores de futuras iniciativas, reafirmo que estarei sempre disponível, na medida das minhas forças e no limite da minha competência, para fortalecer a vanguarda das ciências da comunicação que aqui está se constituindo.

Ainda recentemente, tive a alegria de incluir dois maranhenses emblemáticos num projeto de resgate da memória do jornalismo brasileiro. E ambos corresponderam à minha convocação, inscrevendo figuras estaduais na galeria dos personagens que fizeram História nacional.

O veterano Sebastião Jorge convenceu-me a destacar símbolos representativos de diferentes conjunturas: o irônico João Francisco Lisboa e o boêmio Amaral Raposo.

O emergente José Ferreira Junior contribuiu para difundir no panorama nacional a versatilidade de Aluízio de Azevedo, focalizando seu desempenho como folhetinista de sucesso.

Ao evocar esses ícones da cultura maranhense – Lisboa, Raposo e Azevedo -, que perfilaram papéis de relevo em sua época, quero, na verdade, emular as novas gerações a neles se inspirar, resistindo aos apelos sedutores das ondas que, de tempos em tempos, invadem a nossa academia. Criando laços de dependência intelectual, tais modismos anulam nossa capacidade de pensar com a própria cabeça, nossa predisposição para andar com as nossas pernas, nossa consciência de agir soberanamente.

Não pretendo de forma alguma incentivar comportamentos típicos de insularidade e xenofobia. Ao contrário, defendo a livre circulação das ideias, de modo a garantir a pluralidade de visões e a diversidade de opções. Mas não abdico do direito à autodeterminação e do dever de projetar nossas identidades no cenário mundial.

É bem verdade que a nossa tradição intelectual é caudatária do pensamento europeu, que, adaptado ao ambiente nacional, produziu um modo de pensar mestiço e um modo de agir consentâneo com as nossas aspirações caboclas.

Percebo, contudo, nas novas vanguardas, principalmente aquelas que usufruíram formação pós-graduada no além mar, uma forte aderência aos modelos de pensamento hegemônicos nas matrizes em que se nutriram intelectualmente. Muitas dessas lideranças mimetizam os seus mestres e reproduzem automaticamente suas teses, sem submetê-las previamente à crítica dos colégios invisíveis atuantes no território nacional. Sem testar a aculturação desses referenciais ao nosso *ethos* , exatamente como fizeram de forma criteriosa os nossos pioneiros das ciências humanas, entre eles Gilberto Freyre, Anísio Teixeira, Celso Furtado ou como procederam os seus continuadores: Darcy Ribeiro, Manuel Correia de Andrade ou Roberto DaMatta.

Nosso campo do conhecimento vive, contemporaneamente, um impasse decisivo que não convém postergar. Trata-se de optar entre a valorização e o fortalecimento dos modelos híbridos, resultantes da mestiçagem processada entre as matrizes forâneas e as demandas ibero-americanas ou a assimilação a-crítica dos postulados teóricos *imported from* Washington, Moscou, Roma, Londres, Paris ou Berlim.

Quando, há 40 anos, aqui estive pela primeira vez, encontrei um ambiente acadêmico efervescente, ainda impregnado da forte tradição literária maranhense. O jornalismo local

era praticamente uma extensão das letras clássicas e vernáculas cultivadas nos liceus e grêmios de vanguarda.

A vida pacata de São Luis representava excelente campo de observação de um tempo finito e de cenários memoráveis, para um grupo de professores acostumados ao cosmopolitismo paulistano, quase completamente imersos na cultura de massa. A mídia aqui existente ainda era mediada pelas conversações interpessoais nos pontos de aglomeração coletiva e as correntes de opinião pública eram influenciadas pelas interpretações comunitárias dos agentes folkcomunicacionais tão bem descritos por Luiz Beltrão.

Hoje o panorama mudou completamente, verificando-se a integração gradativa ao universo globalizado, embora persistam traços marcantes das identidades regionais. Constitui, a meu ver, tarefa urgente a desafiar a inteligência da geração que povoa as escolas de comunicação, nesse limiar do século XXI, entender como se deu uma transformação tão brusca e quais os impactos provocados na vida da sociedade, na configuração política e no tecido cultural maranhenses.

Não pretendo de forma alguma induzir os meus jovens colegas a debruçar-se sobre o passado, para revivê-lo saudosamente. O que lhes proponho é o conhecimento crítico de um espaço ainda em mutação, onde passado e

presente convivem dialeticamente, no sentido de resgatar elementos capazes de preservação seletiva e de renovação criativa.

Dessa maneira, estaremos produzindo conhecimento comunicacional sintonizado com as nossas raízes, neutralizando a rendição incondicional aos padrões disseminados por livros-textos fabricados nos centros hegemônicos e validados pelos comitês universitários compungidos a assumir diretrizes equivocadas oriundas das agências nacionais que monitoram o ensino e a pesquisa.

Temos o dever de batalhar por uma academia soberana, que não se isole da comunidade internacional, contribuindo para o desenvolvimento de outra sociedade, justa, fraterna e solidária, mas fiel ao patrimônio cognitivo construído pelas lideranças que nos precederam. Alguns desses colegas sofreram as agruras do exílio ou experimentaram as asperezas das discriminações internas, sem capitular perante a sedução engenhosa dos que manipulam o aparato estatal ou movem as engrenagens da indústria cultural.

Somos um país estigmatizado pela cultura do silêncio, reflexo do mutismo dos cidadãos e da apatia da coletividade. Temos uma população formada por vastos contingentes famintos de leitura, sedentos de cultura e demandantes de participação. O que fazer para superar esse

dramático impasse político-cultural, ultrapassando a barbárie e ingressando na civilização?

Trata-se de uma dívida histórica que precisamos saldar com o nosso povo, construindo um futuro alentador. Do contrário, estamos condenados a permanecer na periferia da chamada sociedade do conhecimento, bestificados diante dos que se arvoram mandatários da vontade coletiva, como procederam as testemunhas oculares da proclamação da nossa República.

Repito: a homenagem que me presta a Universidade Federal do Maranhão, nesta bela solenidade, eu a interpreto como um apelo metafórico para não "pendurar as chuteiras".

Não desejo imitar o caminho escolhido por vários colegas da minha geração, hoje confortavelmente instalados na tribuna de honra dos estádios. Quero calçá-las, para reforçar, ainda que na retaguarda pensante, o time que pode derrotar o imobilismo e a inércia dominantes na vida intelectual brasileira.

Este é o compromisso que assumo perante esta comunidade, no momento em que dela recebo a afetividade, o incentivo e o reconhecimento.

Vamos à luta! Vamos recorrer às armas do conhecimento! Vamos convencer pela força da argumentação! Vamos triunfar pelo ardor da nossa paixão!

Valorizar o Brasil para servir à humanidade[7]

Aos olhos de visitantes estrangeiros, cujos claustros acadêmicos festejam séculos de existência, pode parecer precoce a iniciativa de celebrar os 40 anos de uma universidade.

Mas, no Brasil, onde temos sido testemunhas oculares de uma História tão recente quanto enigmática, faz todo sentido comemorar as décadas vencidas.

Como percebeu claramente o sábio potiguar Luis da Câmara Cascudo, trata-se de simbolismo que evidencia a “desesperada vontade de viver” de instituições vitimadas

---

7 Discurso pronunciado no dia 26 de setembro de 2008, em Mossoró (RN), na solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

pela castração intelectual durante os primeiros séculos da nossa existência como civilização.

Não podemos esquecer que o Brasil só agora, em 2008, está comemorando o bicentenário da sua imprensa e somente, em 2034, vai celebrar o primeiro centenário da sua universidade.

Vivendo num país que, não obstante os avanços e conquistas do último século, mantém na ignorância vastos contingentes da sua população, sem saber ler, escrever, contar ou argumentar, temos necessidade de festejar ocasionalmente a sobrevivência dos espaços cognitivos e dos projetos culturais.

Vivendo numa sociedade que fomenta a cultura do silêncio, cuja mídia tem sido manietada frequentemente pela incúria da elite política, mais preocupada em pilhar o erário público do que em converter a educação, a ciência e a tecnologia em prioridades nacionais, só nos resta celebrar efemérides como se fossem antídotos para prevenir a síndrome da mordaça.

Vivendo num tempo cuja velocidade implacável produz a sensação de anacronismo material ou de obsolescência espiritual, nada mais oportuno do que fazer uma parada para construir ícones, premiar virtudes, reconhecer méritos.

E àqueles que generosamente são distinguidos com a benevolência e o carinho desta Universidade só nos resta agradecer a homenagem que nos tributam nesta confraternização acadêmica.

Desejamos que, a cada década, esta Assembleia Universitária volte a se reunir, para festejar êxitos, fortalecer alianças com a sociedade, sinalizar aos mais jovens, com humildade e lealdade, alegria e esperança.

Pois a Universidade tem uma missão irrenunciável, que não se esgota na rotina de ministrar aulas, expedir diplomas, promover congressos, lançar publicações.

Trata-se de dar consequência àquele conjunto de metas que Luis da Câmara Cascudo, melhor do que ninguém, enunciou com tanta clarividência, autoestima, universalidade.

" A Universidade deve valorizar, estudar, defender a Civilização do Brasil. (...) Conhecê-la, amá-la, compreendê-la pela pesquisa ... (...)

Ter o sentimento de solidariedade humana, a compreensão imediata de fatores universais que atuam perto de nós e em nós mesmos. Sentir-se parte do Mundo, não entre os homens, mas com os homens. (...)

Valorizar o Brasil para que possamos ser dignos colaboradores no esforço cultural do Mundo, levando ajuda de nossa competência.

(...) Não esquecer que somos portadores de uma missão de Cultura. (...)

Não olvidar a universalidade do interesse por tudo que seja humano e ligado à dignidade do Espírito, da Personalidade, Justiça, a Liberdade, o Respeito, o Decoro, a Tranqüilidade Moral. (...)

Assim, a missão universitária, sua alma é preparar os valorizadores da Civilização Brasileira, ampliadores das Culturas, em serviço da Humanidade ". (Fonte: Câmara Cascudo, Luis da – *Universidade e Civilização*, Natal, Editora Universitária, 1959)

Incluir as comunidades marginalizadas na sociedade digital[8]

Sertanejo, que peregrina pelos caminhos do mundo, há meio século, aprendi que a região situada no polígono das secas padecia não apenas da falta de água, mas da escassez de conhecimento. A solidão que sufocava nossa gente, pela precariedade das estradas, pela falta de escolas e pela distância das fontes de informação, certamente contribuiu, na estiagem cultural, para a migração dos sedentos de saber, como nutriu as levas de retirantes famintos, nos tempos de seca.

8 Texto escrito no dia 7 de março de 2009, apresentando o livro organizado pela professora Maria Salett Tauk dos Santos (Recife, UFRPE, 2009).

Outro dia, visitando o sertão das Alagoas, onde nasci e me criei, tive a impressão de que a brecha cognitiva começava a diminuir, justamente pelo ingresso da sociedade nordestina na galáxia digital. Só no município de Santana do Ipanema, onde desfrutei minha juventude, existem três portais, que disseminam notícias sertanejas para todo o planeta.

Contudo, só elucidei a face oculta da charada, ao ler os artigos reunidos na coletânea sobre inclusão digital, competentemente organizada pela professora Maria Salett Tauk dos Santos. Percebi que, sem audiência local, aqueles projetos de comunicação regional não teriam como sustentar-se. Pois, como dizem jocosamente os pernambucanos, impregnados pelo "complexo da pitomba", não basta a iniciativa de ativistas midiáticos, sem dispor de anunciantes e sem contar com os insumos provenientes das fontes de informação. Mais do que isso: sem ter respaldo dos usuários locais, que alimentam a mística dos regionalismos.

Na medida em que avançam os projetos de democratização dos recursos da informática pelos contingentes periféricos da nossa sociedade, sem dúvida criam-se as condições para robustecer a utopia da comunicação *glocal*, nutrida pela altivez folkmidiática de comunidades autônomas, neutralizando a voragem

da comunicação *global*, irrigada pelas matrizes pós-modernas do capitalismo predatório.

A ancoragem escolhida pela organizadora desse livro, focalizando as culturas populares como referentes para avaliar o impacto da inclusão digital na vida pernambucana, permite aos estudiosos das ciências da comunicação discernir o tamanho do "apartheid tecnológico" ou do "gap cibercultural" que outrora o mestre Luiz Beltrão denominava toscamente "marginalidade comunicacional". Trata-se de fenômeno gerado pela mesma estrutura socioeconômica que embasou a convivência dissimuladamente hostil das "casas grandes" e "senzalas" ou dos "sobrados e mocambos", descrita por Gilberto Freyre. Mas que continua a justificar a permanência dos bolsões societários, antagonizando o cotidiano dos privilegiados que usufruem, apreensivos, as delícias dos "condomínios fechados" ou dos "edifícios blindados" e dos miseráveis que vegetam, mas se divertem, nas "favelas" ou nos "cortiços", vítimas indefesas do êxodo rural ou do desemprego urbano.

Ao desfrutar saborosamente os relatos que os discípulos da professora Salett Tauk fazem dos resultados obtidos pelos agentes culturais que atuam em programas de difusão tecnológica, outrora conhecidos como extensionistas, fui-me convencendo de que se completa

o ciclo ciberfolkcultural a que referi no recente livro *Mídia e cultura popular* (São Paulo, Paulus, 2008). Investigando a presença de manifestações folkcomunicacionais na internet, defrontei-me com uma avalanche sequer imaginada pelos próceres da disciplina que estuda tais fenômenos. Minha análise prévia contemplava o voluntarismo dos forjadores da cultura popular, como os cordelistas, os forrozeiros ou os vaquejadores, que buscam refúgio na internet para se comunicar com aqueles contingentes da diáspora nordestina refugiados no "sul maravilha". Agora, a inclusão digital dos excluídos sociais que engrossam as fileiras do programa "bolsa família" e congêneres tem a chance de cultivar seus valores culturais nos "cybercafés" instalados pela rede pública em escolas, igrejas, sindicatos e centros comunitários, permitindo o diálogo com os produtores da cultura popular que resistem estoicamente, preservando o legado dos seus ancestrais.

Não posso absolutamente deixar de me referir à emoção que tive ao ler o último capítulo da coletânea. Trata-se da narrativa sobre o advento da cibercultura na comunidade rurbana de Águas Belas.

A cidade ali existente é o desdobramento da comunidade primitiva erigida em pleno semiárido pelos *fulni-ô*, tribo indígena cujo território limitava-se com o espaço ocupado

pelos *xucurus*, descendentes dos *caetés*. Quando se deu, em princípios do século XIX, a emancipação política de Alagoas do Estado de Pernambuco, as duas tribos passaram a pertencer a unidades federativas distintas. Tal situação apenas se tornou perceptível aos "caboclos" subsistentes, depois de instituída a FUNAI. Sua missão foi a de tutelar as terras indígenas, objeto da cobiça dos desbravadores lusodescentes, naquela região, agricultores remanescentes dos que se aventuraram pelas paragens cáusticas do sertão, navegando pelos afluentes periódicos do São Francisco.

Foi numa comunidade fronteiriça entre a nação *xucuru* e a tribo *fulni-ô* que veio a se entrincheirar, em tempos remotos, meu clã batavo, tolerando o gueto afrodescendente, aglunitado no quilombo hoje conhecido como Jorge, mas negociando sua sobrevivência com os pajés dos aldeamentos caboclos remanescentes nas proximidades.

Pois bem, frequentando sazonalmente a cidade de Águas Belas, onde vivia a parcela lusodescendente da minha família, acostumei-me a reconhecer os traços culturais dos *fulni-ô*, seja pela participação em seus *torés*, rito de passagem, seja pelo consumo do seu artesanato em barro e palha para atividades lúdicas ou trabalhos escolares.

Vítimas do alcoolismo, do absenteísmo laboral, do paternalismo estatal e do preconceito comunitário, entristecia-me a decadência do que restava dos *fulni-ô*, cada vez que retornava a Águas Belas. Aquele último fator de aniquilação cultural começa a ser ultrapassado pelo projeto "Conhecendo a nação fulni-ô. Vencendo preconceitos", mantido pela ONG Tonomundo. Trata-se de evidência suficiente para me convencer de que a inclusão digital pode contribuir para a inclusão social, hipótese que nutre o projeto temático idealizado pela autora dos ensaios que motivaram as pesquisas descritas e problematizadas.

Embora estrategicamente amparada pelos postulados antropológicos dos culturalistas latino-americanos Barbero, Canclini e Orozco, que embasam a vertente hegemônica da "hibridação", Salett Tauk não despista sua inspiração na tese da "mestiçagem" disseminada pelos brasileiros: Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Câmara Cascudo, devidamente apropriada no campo comunicacional por Luiz Beltrão e Roberto Benjamin, fontes seminais da sua formação acadêmica.

Ao apresentar o referido livro, senti-me recompensado pela convivência intelectual mantida com a sua organizadora, desde os seus tempos de juventude, cujos traços permanecem nítidos no trabalho atual como líder de

equipes como a que ensejou os capítulos referidos, cuja leitura recomendo vivamente aos jovens que hoje se iniciam na vida acadêmica. O respeito, a admiração e a estima que tenho nutrido pela professora Salett Tauk significam plena confiança no seu porvir como pesquisadora que logo se libertará das fontes canônicas para alçar voo em direção a horizontes autônomos e infinitos.

Fortalecer os pilares da sociedade democrática[9]

Agradeço, comovido, a homenagem que me presta a Universidade Federal da Paraíba, outorgando nesta solenidade o honroso título de Doutor Honoris Causa.

Quero expressar o meu reconhecimento particular aos professores doutores Moacir Barbosa e Wellington Pereira, que encabeçaram a iniciativa, respaldada pelo Departamento de Comunicação e acolhida pelo Conselho Universitário.

Confesso que fiquei duplamente sensibilizado pela generosidade dos colegas.

---

9 Discurso pronunciado em João Pessoa, em 2005, no ato de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba.

Em primeiro lugar, por ser um nordestino, desterrado há 40 anos em terras paulistas, que merece o reconhecimento intelectual dos seus conterrâneos. Foi com o coração partido que, logo depois de diplomado em Jornalismo, embarquei, não num pau-de-arara, como o fizeram tantos nordestinos expulsos pela seca ou pela miséria, mas numa aeronove da Varig, acossado pelas perseguições políticas praticadas pelos novos donos do poder, os golpistas de 1964.

Em segundo lugar, por ser um jornalista que abriu o caminho da pesquisa acadêmica da área, enfrentando gregos e troianos, mas que hoje se considera gratificado pela legitimação e revitalização dos estudos jornalísticos em todo o país. Quando defendi a primeira tese de doutorado em Jornalismo na Universidade de São Paulo, nunca imaginei que 30 anos depois veríamos constituída uma Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, integrada por mais de uma centena de participantes, a maioria com doutorado na área. Essa mesma entidade ensaia agora os primeiros passos para editar uma revista internacional, cuja proposta é a disseminação do conhecimento acumulado sobre o jornalismo brasileiro, junto às vanguardas acadêmica e profissional de outros países.

Esse conhecimento vem sendo produzido por duas centenas, ou mais, de universidades

que, em todos os quadrantes do território nacional, mantêm programas de ensino na área, muitas delas também investindo na pesquisa.

Contudo, investir em pesquisa não pode significar o distanciamento e o alheamento da academia em relação aos problemas concretos que marcam a produção cotidiana das notícias nas redações. Esperam-se justamente dos estudiosos amparados pelas universidades as soluções para que os profissionais, as empresas e os cidadãos possam superar impasses históricos.

Vou focalizar uma dessas questões candentes: a leitura de jornais por parte da nossa população. Quando comparamos a situação do Brasil com outros países, percebemos um quadro vexatório. Nossos índices de leitura são ridículos. Para uma população de 180 milhões de habitantes somente dispomos de menos de 10 milhões de exemplares diários de jornais. Se somarmos a tiragem de todos os diários brasileiros, verificaremos estarrecidos que ela é inferior à tiragem isolada de qualquer um dos principais jornais da cidade de Tóquio num dia comum.

Circulando em camadas restritas da nossa sociedade, os jornais diários e as revistas semanais privilegiam conteúdos distanciados do cotidiano da população, agendando temas e

problemas de interesse exclusivo das elites. A grande maioria do nosso povo só pode matar a sua fome de notícias através do radio e da televisão. E, dirigindo-se a audiências intelectualmente depauperadas, os veículos audiovisuais estão condenados a simplificar sua linguagem e aligeirar seu conteúdo. Do contrário, não poderão sobreviver como empresas. A questão que gostaria de propor aos meus colegas jornalistas, professores e estudantes de jornalismo, aqui presentes, é a seguinte: se ao grosso da população brasileira resta participar do banquete civilizatório através da mídia audiovisual, de que forma ela pode transformar suas rotinas profissionais no sentido de exercer um papel educativo, contribuindo para elevar o nível intelectual dessas "multidões solitárias" como outrora as denominou o sociólogo norte-americano David Riesman ?

Enquanto não lograrmos a universalização da educação básica de qualidade para toda a população nacional, formando assim contingentes de leitores críticos, permanecerá o dilema informacional daquelas maiorias de excluídos do saber que só podem recorrer aos veículos potencializadores de imagens e sons.

É justamente aí que reside um dos impasses colossais das nossas escolas de comunicação, particularmente dos seus cursos de jornalismo. Pois eles privilegiam de modo ostensivo

programas de ensino ancorados exclusivamente no referencial da cultura erudita, desdenhando quando não desprezando o universo popular. A ênfase da produção de mensagens na maioria das nossas instituições permanece estacionária na mídia gutenbergiana, quando nada extrapolando para as formas de expressão escrita disseminadas pela internet.

Tenho feito essa observação contundente para os jovens que frequentam os meus seminários de pós-graduação, percebendo que eles abstraem a realidade em que irão atuar profissionalmente, talvez por influência de um sistema universitário elitista e excludente. Quero reiterá-la aqui, justamente porque nunca perdi minhas raízes culturais, tendo agora a oportunidade de resgatá-las e valorizá-las.

Gostaria de desafiar a nova geração dos estudiosos do jornalismo da nossa região, no sentido de buscar alternativas pedagógicas que correspondam às aspirações dos contingentes de famintos de cultura e de informação, nutrientes fundamentais para convertê-los em cidadãos ativos e participantes. Do contrário, eles permanecerão alvo fácil das manipulações dos populistas de todas as matizes hábeis no uso da mídia audiovisual.

Compete-nos a responsabilidade de repensar nossas estruturas de ensino, pesquisa e extensão, tornando o espaço universitário um

instrumento da transformação social e da elevação do nível cognitivo daqueles que estão excluídos da sociedade de consumo. É claro que não estou pregando a omissão em relação à produção dos conhecimentos básicos que alavancam os segmentos das ciências aplicadas. Senão a universidade deixaria de ser uma instituição pautada pela excelência e pelo vanguardismo. O que ela não pode continuar a ser é uma torre de marfim.

Somente o diálogo construtivo e permanente com a sociedade pode conduzir a universidade, em geral, e os cursos de comunicação, em particular, a novos patamares de organização acadêmica, evitando inclusive o perigo letal da sua rendição aos interesses corporativos.

Vejo com muita preocupação a tendência manifestada em instituições de todo o país, distanciando os programas de graduação da sua responsabilidade de formar profissionais críticos e competentes para atuação imediata no mercado de trabalho, optando por uma estratégia aparentemente sedutora no sentido de arregimentar novas vocações para a pesquisa acadêmica. Não é raro defrontar-me com jovens estudantes de jornalismo que, sem terem participado de projetos consistentes de iniciação científica, já estão preocupados em conquistar vagas na pós-graduação. Entendo

que o estímulo à pesquisa é importante para formar profissionais qualificados, mas não podemos transformar a pesquisa num fim em si mesmo, desvinculada de suas aplicações no cotidiano dos jornalistas que vão atuar nas empresas midiáticas.

Finalmente, gostaria de compartilhar com os meus colegas desta universidade, uma preocupação que me angustia ultimamente. Trata-se da preservação de uma das grandes conquistas da tenra democracia brasileira. Refiro-me ao instituto da liberdade de expressão e pensamento, fundamental para o exercício do jornalismo responsável. A Constituição de 1988 não apenas institucionalizou a sua concepção, mas ousou até mesmo incluir um artigo inspirado na primeira emenda da carta constitucional norte-americana, que veda aos agentes do poder público criar leis destinadas a restringir o direito dos cidadãos a informar e ser informados, bem como a expressar suas opiniões.

Foi graças ao ambiente de liberdade desfrutado no período pós-autoritário que o Brasil pode fortalecer as instituições democráticas. A mídia tem tido papel decisivo nesse processo, investigando as mazelas da sociedade e denunciando publicamente os desvios praticados por pessoas ou entidades. Essa transparência política tem atuado como uma espécie

de freio para os agentes públicos e ao mesmo tempo como mecanismo punitivo para aqueles que praticam ações delituosas.

Temos presenciado, contudo, tentativas esboçadas por agentes do poder executivo ou do judiciário no sentido de minar o edifício que sustenta a liberdade de imprensa. Artifícios ostensivos ou dissimulados começam a despontar em cadeia, resultando em atos que restringem ou inibem o desempenho profissional dos jornalistas. Se não houver uma constante vigilância da sociedade, corremos o perigo de retrocesso.

Cada segmento deve fazer a sua parte para prevenir as rachaduras do edifício: empresas midiáticas, sindicatos profissionais e a sociedade civil. O que pode fazer a universidade? Antes de tudo, sedimentar melhor a formação ética dos futuros jornalistas, bem como reforçar o conhecimento dos limites impostos pela lei para o exercício profissional. Este último aspecto tem sido negligenciado, contribuindo para criar na nova geração o sentimento de impunidade e descaso em relação aos preceitos legais por absoluta ignorância em relação a eles.

Enfim, poderíamos continuar refletindo sobre outros aspectos candentes da atividade jornalística neste novo milênio: globalização, regionalização, identidade cultural,

pluralismo opinativo, agenda pública, espiral do silêncio etc, etc.

Confesso, porém, que seria mais confortável dar continuidade a essas reflexões, não através do monólogo, inevitável em solenidades dessa natureza, mas em situações dialógicas, onde pudéssemos intercambiar pontos de vista, contrapor ideias ou refutar argumentos.

Creio que não faltarão oportunidades para isso, agora que começo, com muita honra, a fazer parte do corpo docente desta universidade.

Muito obrigado a todos.

Fincar a bandeira caeté na ágora mundializada[10]

O Pensamento Comunicacional Alagoano configura-se como expressão intelectualizada do fenômeno sociocultural engendrado pelo desenvolvimento da imprensa em nosso território. Ele acompanhou, em certo sentido, os marcos fincados pelo Pensamento Brasileiro, que se esboça institucionalmente na metade do século XIX e assume legitimidade acadêmica na metade do século XX.

Estruturado a partir de 1874, o Pensamento Alagoano tem como solo fértil o espaço investigativo construído pelo Instituto Archeológico

10 Alocução proferida em Maceió, no dia 26 de fevereiro de 2003, perante o Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas, durante a solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa

e Geográfico Alagoano, depois transformado em *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Seus principais artífices pertencem a essa instituição centenária. Constituída durante muito tempo na principal ágora alagoana, a hegemonia do IHGA vem sendo partilhada, na segunda metade do século XX, com a Universidade Federal de Alagoas e outras entidades similares ou correlatas.

Ao revisar a bibliografia alagoana, vislumbramos duas vertentes bem nítidas na configuração do seu Pensamento Comunicacional:

1. CORRENTE TELÚRICA – formada pelos estudiosos que esboçaram processos cognitivos ou elucidaram enigmas peculiares aos fenômenos comunicacionais da terra. Trata-se de uma plêiade fincada no território provincial, naturalmente motivada pelas circunstâncias típicas e tópicas do nosso cotidiano regional. Sua vivência marca intensamente os perfis das respectivas trajetórias intelectuais. Representantes emblemáticos: Dias Cabral, Pereira Diegues, Craveiro Costa, Abelardo Duarte, Medeiros Sant´Anna

2. DIÁSPORA CAETÉ – constituída por intelectuais alagoanos que foram compelidos, por distintas razões, a migrar para outras plagas, sem, contudo,

perder sua identidade regional. Eles dedicaram energias e emoções para estudar os fenômenos comunicacionais da sua época, refletindo ao mesmo tempo sobre o impacto provocado na vida das gerações a que pertencem. Representantes emblemáticos: Octávio Brandão, Costa Rego, Raul Lima, Tadeu Rocha, José Augusto Guerra, Arnoldo Jambo, Ricardo Ramos, Reinaldo Santos, Audálio Dantas.

Quem produziu conhecimento comunicacional relevante, integrando cada um dos segmentos?

Corrente telúrica - Essa corrente tem como *locus* principal o Instituto Histórico Alagoano, instituição pioneira na investigação das raízes da sociedade alagoana.

Seus inventários, análises e interpretações dos fenômenos culturais da terra priorizam evidentemente a comunicação de massa – especialmente a imprensa – embora não marginalizando fenômenos singulares como aqueles situados no âmbito da folkcomunicação ou da comunicação erudita. Merecem destaque:

DIAS CABRAL, João Francisco, autor do primeiro inventário da imprensa alagoana, escrito, em 1870, como comunicação aos membros do IHGA: Acerca da fundação e desenvolvimento da imprensa nas Alagoas!

Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagono, N. 5, Maceió, Typografia do Jornal das Alagoas, 1874, p. 99-109.

Filiado à corrente histórica antilusitana, então vigente no país, condena a obtusidade da colonização portuguesa pelos obstáculos criados à implantação precoce da imprensa e enaltece a tentativa feita pelos invasores holandeses no século XVII. Além de haver delineado o perfil da atividade comunicacional pública, fez incursões através de outros processos comunicacionais, situados na fronteira daqueles fenômenos rotulados por Luiz Beltrão como folkcomunicacionais. Ele realizou trabalhos de campo destinados a resgatar as contribuições negras e indígenas para a construção de símbolos que forjaram a identidade cultural alagoana.

Alagoas tem uma dívida intelectual com Dias Cabral, primeiro secretário perpétuo do IHGA. Reconhecido como "sábio" por seus contemporâneos, ele peregrinou por diversos territórios cognitivos, legando às novas gerações uma cartografia da cultura alagoana, a ser explorada, aprofundada e continuada.

CRAVEIRO COSTA escreveu Cem anos de jornalismo – Memória histórica sobre o jornalismo em Alagoas, *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, ano 58,

vol. 15, Maceió, Oficinas Gráficas da Livraria Machado, 1931, p. 78-130

Trata-se de uma atualização dos inventários precedentes de Dias Cabral e Pereira Diegues, tendo, contudo, uma estatura analítica diferenciada. Sua visão supera o caráter documental dos estudos pioneiros, oferecendo uma contextualização do desenvolvimento da imprensa alagoana. Além de situá-lo no panorama histórico cultural da província, faz extrapolações reflexivas, configurando uma espécie de pensamento crítico, o que não significa sua exclusão do quadro das paixões provincianas, a que o autor sucumbe de modo inexorável.

Craveiro Costa reconhece nitidamente a imprensa como degrau para a política ou para a ascensão social em outras esferas da sociedade. Eis uma hipótese de trabalho a ser retomada pelas novas gerações, verificando quanto, como ou se mudou essa situação nos últimos 70 anos.

MEDEIROS DE SANT´ANNA, Moacir - Autor da mais consistente e persistente contribuição ao resgate da trajetória da imprensa alagoana, é autor de uma alentada bibliografia. Sua contribuição à História da Imprensa Alagoana está dividida em dois segmentos: Comunicação pública - *A imprensa oficial em Alagoas*, Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1962, 38 p. e *História da Imprensa em*

Alagoas, Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1987, 236 p.Comunicação erudita - História do Modernismo em Alagoas*, Maceió, EDUFAL, 1980, 228 p. e* As leituras do jovem Graciliano Ramos*, Maceió, Secretaria de Comunicação Social, 1992, 31 p.*

Seus trabalhos representam um manancial precioso de referências históricas e de marcos analíticos, capazes de suprirem as expectativas das novas gerações que se dedicam ao estudo dos fenômenos comunicacionais na universidade**.**

Ao registrar sua presença no ápice da pirâmide demarcada pela corrente telúrica, torna-se indispensável valorizar sua luta pela preservação da memória da nossa imprensa. Enfrentando todas as adversidades, ele vem recuperando as coleções de jornais, revistas e livros constantes dos acervos do IHGA e do Arquivo Público, além de promover edições fac-similadas que democratizam o acesso às fontes do conhecimento histórico.

Diáspora caeté - Certamente esse grupo de exilados involuntários, que não encontraram ambiente propício para crescer intelectualmente na terra natal, tendo que lutar pela sobrevivência em outros territórios da geografia nacional, sem perder a identidade caeté, deveria ter na sua dianteira TAVARES BASTOS.

Esse intelectual alagoano de fama nacional cedo ausentou-se da província, projetando-se intelectualmente na Corte Imperial, durante o Segundo Reinado.

A ele é atribuída a condição de PRIMEIRO JORNALISTA BRASILEIRO, por ter exercido esse ofício com autonomia intelectual e independência política, atributos negados aos pioneiros "oficiais": no ambiente áulico, o editor da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Frei Tibúrcio, submetido à censura monárquica; nas margens anticolonialistas, o editor do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa, livre do jugo da censura lusitana, embora dependente do patrocínio imperial inglês e do amparo político maçônico.

Seu pensamento comunicacional está metaforicamente implícito no personagem que criou para intervir no espaço público sem sofrer as consequências da "lei da mordaça" daquela época. Ele preservou sigilosamente sua identidade durante o processo, descortinando posteriormente a autoria das *Cartas do Solitário*, quando elas esmaeceram nas páginas do jornal e ganharam intensidade através do livro.

Ele poderia ser alcunhado, sem qualquer sentido pejorativo, de precursor dos *factóides*, engendrando um tipo de publicista capaz de ser amado ou combatido pelos leitores.

Desvendando fatos relevantes e suscitando intensa polêmica, ele foi capaz de criar um espaço público na modorrenta paisagem da vida cotidiana dominante no período final do Império brasileiro.

Destacam-se também:

COSTA REGO - Primeiro catedrático de comunicação do Brasil, esse alagoano ilustre transitou com desenvoltura entre o jornalismo e a política, alternando a função pública como Deputado, Senador e Governador de Estado com o exercício profissional como redator-chefe do influente diário carioca *Correio da Manhã*.

Seu pensamento comunicacional está explicitado em três obras escritas em distintas conjunturas: *Na terra natal*, Maceió, Imprensa Oficial, 1928; *Como foi que persegui a imprensa*, Rio de Janeiro, 1930 e *Águas passadas*, José Olympio, 1952

A primeira contém um diagnóstico cáustico e irrefutável das fragilidades da imprensa alagoana num ambiente socioeconômico desfavorável ao seu desenvolvimento enquanto empresa privada. No segundo, ele descreve suas desavenças com os colegas de profissão enquanto foi Governador de Alagoas, por haver eliminado os subsídios governamentais aos jornais e aos jornalistas. No terceiro, ele discute cenários e personagens da imprensa brasileira,

dialogando sobre censura e outros temas polêmicos com os governantes de turno.

ARNOLDO JAMBO - Profissional de grande destaque na imprensa alagoana das décadas de 50 e 60, quando ocupou a direção do *Jornal de Alagoas*, exercendo também a chefia do Departamento de Cultura do Estado de Alagoas, migrou para o Recife na década de 70. Publicou, em 1975, o livro intitulado *Diário de Pernambuco: História e Jornal de Quinze Décadas,* Recife, Diário de Pernambuco, 1975.

Trata-se de um bem arquitetado confronto entre a vida cotidiana do jornal, resgatada através de consulta minuciosa à coleção de edições publicadas, e os principais fatos históricos da região nordestina, nos 150 anos que abrangem o período 1825-1975.

O diferencial desta obra é o seu caráter propriamente jornalístico, esboçando o cotidiano do periódico a partir do seu interior, deixando de ser um retrato exógeno como tem sido comum em obras desse tipo escritas por historiadores.

À guisa de conclusão - Não posso fugir à contingência de situar-me no contexto do pensamento comunicacional alagoano, neste momento em que a Universidade Federal de Alagoas me honra com a concessão do diploma de Doutor *Honoris Causa*. Diletos colegas já vasculharam minha produção intelectual no

Seminário hoje realizado sob o título "Memória da Pesquisa em Comunicação no Nordeste". Por isso mesmo, creio que não devo ir além de uma mera localização nesse panorama.

Pertenço evidentemente ao contingente da "diáspora caeté", tendo construído uma obra cujos marcos bibliográficos são os meus livros *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* (1970), *Estudos de Jornalismo Comparado* (1972), *Sociologia da Imprensa Brasileira* (1974) e *A Opinião no Jornalismo Brasileiro* (1985).

Contudo, mantive permanente identificação intelectual com a "corrente telúrica", resgatando o legado dos pioneiros, através da leitura dos seus escritos, bem como testemunhando, mesmo à distância, a laboriosa ação daqueles que aqui resistiram bravamente.

Talvez, por essa razão, tenha sido procurado em São Paulo, por Théo Brandão, no início da década de 70, para discutir a ideia da criação de um Curso de Comunicação na Universidade Federal de Alagoas. Ofereci ao ilustre diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFAL o manancial acumulado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para servir como referência aos líderes da categoria dos jornalistas alagoanos, que reivindicavam a fundação do novo programa. Aceitei até mesmo um convite do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas para vir a Maceió,

na tentativa de convencer o Reitor Nabuco Lopes a acolher o projeto em debate. Sinto-me gratificado ao dizer que a iniciativa prosperou, avalizada por Nabuco Lopes e Theo Brandão, embora tramitando vagarosamente nas instâncias burocráticas, o que incluía o beneplácito do Ministério da Educação.

Criado o Curso de Comunicação na universidade pública, naturalmente a “corrente telúrica” experimentou uma mutação no seu *locus* produtivo. O IHGA deixou de ser protagonista exponencial, uma vez que o espaço de produção do novo conhecimento comunicacional alagoano passou a ser o Departamento de Comunicação Social da UFAL.

A nova geração que aqui está sendo formada certamente tem dado continuidade aos avanços cognitivos de ambas as vertentes que a precederam. A iniciativa de criar um curso de pós-graduação em comunicação, hoje confirmada pelo Reitor Rogério Moura Pinheiro, representa a culminância desse processo de atualização histórica do pensamento comunicacional alagoano.

Ao esboçar este roteiro intelectual no momento do meu reencontro com a alagoanidade, minha intenção não é outra senão oferecer aos colegas da UFAL um mapa cognitivo.

Ele pretende suscitar, neste início do século XXI, incursões investigativas comprometidas

com a preservação e renovação do pensamento forjado por aqueles que ousaram plantar sementes, no século XIX, gerando árvores que se nutriram durante o século XX. Agora podemos colher os frutos e saboreá-los deliciosamente.

Resta, porém, o desafio de produzir novas matrizes, consentâneas com as demandas das gerações emergentes. Seus paladares estão aguçados pelas perspectivas de um mundo que se converte, pouco a pouco, em aldeia midiática.

Chegou o momento de fincar a bandeira caeté na ágora mundializada do ciberespaço !